REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Resistências urbanas e novas ruralidades: redesenhos dos territórios e dos espaços de vivência e de luta nas sociedades contemporâneas

Urban resistance and new ruralities: redesigns of territories and spaces of experience and struggle in contemporary societies

Resistencia urbana y nuevas ruralidades: rediseños de territorios y espacios de experiencia y lucha en sociedades contemporáneas

Giuseppa Maria Daniel Spenillo
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE)
Recife, Pernambuco, Brasil
E-mail: gspenillo@yahoo.com.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5955-7661

Resumo: Neste artigo apresentamos e desenvolvemos uma possibilidade de compreensão de fenômenos recentes, que temos percebido nas ações políticas de resistência urbana. Estes fenômenos expressam-se como uma metamorfose da própria luta social de resistência, que se transforma nas sociedades contemporâneas pelos formatos utilizados, mas não apenas. Modificam-se, também, os conteúdos, os objetivos e os motivos da resistência num mundo em que se vive cada vez mais concentrado em espaços urbanos, as cidades, aos quais pretende-se dar sentidos. Sobre a cidade forma-se um direito coletivo, conforme proposto por Lefebvre (2011) e por Harvey (2014). Este direito constrói-se das expectativas de uso da cidade e, nas últimas décadas, vem se transformando num direito à vida urbanizada – dado o reconhecimento de que urbano e rural se descolam dos territórios tradicionais e se transformam em espaços de relação, criação, convívio e identidade. Nesse sentido, trazemos aqui exemplos a partir do que prospectamos das ruas e dos territórios virtuais da internet para conhecermos os sujeitos que resistem e as causas de suas resistências ao sistema-mundo hegemônico. Pretendemos, assim, compreender as ações políticas de resistência que recolocam na vida urbanizada contemporânea elementos do chamado mundo rural, construindo novas ruralidades – novas significações, novos vínculos e relações com o meio ambiente, com a natureza, com a humanidade e com a comunidade. Percebemos nestas novas ruralidades uma atuação contra hegemônica que ultrapassa os paradigmas hegemônicos que classificam os sujeitos sociais a partir do status advindo do trabalho, das categorias de gênero ou das identidades étnicas.

Palavras-chave: Resistências urbanas. Ruralidades. Direito à Cidade.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Abstract: In this article we present and develop a possibility of understanding recent phenomena, which we have noticed in the political actions of urban resistance. These phenomena are expressed as a metamorphosis of the social resistance struggle itself, which is transformed in contemporary societies by the formats used, but not only. The contents, objectives and reasons for resistance are also modified in a world in which we live increasingly concentrated in urban spaces, the cities, to which we intend to give meaning. A collective right is formed over the city, as proposed by Lefebvre (2011) and by Harvey (2014). This right is built on the expectations of the use of the city, and, in recent decades, it has been transformed into a right to urbanized life – given the recognition that urban and rural detach themselves from traditional territories and become spaces of relationship, creation, conviviality, identity. In this sense, we bring here examples based on what we have been prospecting from the streets and virtual territories of the internet to know the subjects who resist and the causes of their resistance to the hegemonic world-system. We intend, therefore, to understand the political actions of resistance that replace elements of the so-called rural world in contemporary urban life, building new *ruralities* – new meanings, new bonds and relationships with the environment, nature, humanity and community. We perceive in these new ruralities a counter-hegemonic action that goes beyond the hegemonic paradigms that classify social subjects based on the status arising from work, gender categories or ethnic identities.

Keywords: Urban resistance. *Ruralities*. Right to the City.

Resumen: En este artículo presentamos y desarrollamos una posibilidad de comprensión de fenómenos recientes, que hemos notado en las acciones políticas de resistencia urbana. Estos fenómenos se expresan como una metamorfosis de la propia lucha de resistencia social, que se transforma en las sociedades contemporáneas por los formatos utilizados, pero no solo. Los contenidos, objetivos y motivos de resistencia también se modifican en un mundo en el que vivimos cada vez más concentrados en los espacios urbanos, las ciudades, a las que pretendemos dar sentido. Se forma un derecho colectivo sobre la ciudad, como proponen Lefebvre (2011) y Harvey (2014). Este derecho se construye sobre las expectativas del uso de la ciudad y, en las últimas décadas, se ha transformado en un derecho a la vida urbanizada – dado el reconocimiento de que lo urbano y lo rural se desprenden de los territorios tradicionales y se convierten en espacios de relación, creación, convivencia, identidad. En este sentido, traemos aquí ejemplos basados en lo que venimos explorando desde las calles y territorios virtuales de internet para conocer los sujetos que resisten y las causas de su resistencia al sistema-mundo hegemónico. Pretendemos, por tanto, comprender las acciones políticas de resistencia que reemplazan elementos del llamado mundo rural en la vida urbana contemporánea, construyendo nuevas ruralidades – nuevos significados, nuevos vínculos y relaciones con el medio ambiente, la naturaleza, la humanidad y la comunidad. Percibimos en estas nuevas ruralidades una acción contrahegemónica que va más allá de los paradigmas hegemónicos que clasifican a los sujetos sociales en función del estatus derivado del trabajo, las categorías de género o las identidades étnicas.

Palabras Clave: Resistencias urbanas. Ruralidades. Derecho a la ciudad.

Data de recebimento: 05/01/2022
Data de aprovação: 30/04/2023
DOI: 10.30612/riet.v3i1.15414

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Introdução

Resistências urbanas e novas ruralidades são conceitos que carregam a perspectiva da mudança, do desvelar de expectativas e desejos sobre uma realidade potencial, ainda parcialmente realizada, muitas vezes idealizada. Guardam os sentidos da vida coletiva e das condições políticas, sociais e culturais para que ela se manifeste com mais ou menos plenitude. Enquanto noções que expressam as relações dos seres humanos com os espaços em que vivem (a cidade, o campo), a resistência e a ruralidade transcendem as conotações clássicas de urbano e de rural, apegadas ao território e suas edificações, para narrar empreitadas de indivíduos e grupos na busca por formar espaços vivos, identitários, coletivos, construtivos e valorativos. Ruralidades e resistência são, portanto, espaços de ação política que redesenham as sociedades contemporâneas.

Estas ações políticas têm se transformado ao longo das últimas décadas, seja pela forma da ação, que incorpora novos recursos e tecnologias como as redes digitais, seja por alterações na compreensão da própria ação política, ou seja, do como agir, do porquê agir e do que expectar com a ação. Marcadas por resistências ao sistema-mundo dominante e seus valores como a meritocracia, a competência econômica e os direitos individuais, as ações políticas contra hegemônicas agregam diferentes sujeitos sociais, que têm resistido e feito submergir uma pluralidade de possíveis modos de vida, de valores e de saberes.

A pluralidade de vivências nas sociedades contemporâneas pode ser entendida como uma resistência aos parâmetros da inclusão social instituídos pelas minorias econômicas, políticas e intelectuais. São, portanto, ações políticas de resistência que nos fazem ver novas possibilidades de estar, de incluir(-se) e de construir valores e socialidades, de ressignificar as dinâmicas e as relações da vida nas cidades e com a natureza. Um dos fenômenos dessa resistência é a ressignificação do rural nas cidades. Propomos, neste artigo, uma aproximação a este fenômeno de ocupação resistente da cidade a partir das ruralidades.

Para conhecê-las e compreendê-las faz-se necessário superar o universalismo conceitual, buscar avançar para além das certezas teóricas, e proceder a escutas profundas e abertas acerca das expectativas e necessidades presentes, de modo a se perceber as tendências para que apontam aquelas ações contra hegemônicas cotidianas, feitas de incertezas, inexatidões e medos; de vontade e de esperança. Apresentamos neste artigo alguns pontos de reflexão e de inflexão sobre a resistência política nas sociedades contemporâneas, que trazemos do acúmulo de nossas incursões de pesquisa teórica e empírica no Brasil e em Portugal, entre 2014 e 2019[1].

1 No período entre 2014 e 2019, a autora viveu entre Brasil e Portugal, por conta de um estágio pós-doutoral realizado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Ambos os países são falantes da língua portuguesa e comungam traços culturais, o que serve de referência para a investigação das dinâmicas sociais aqui investigadas na perspectiva da resistência urbana e das novas ruralidades.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Neste percurso teórico/empírico, visitamos de modo não sistemático ações de resistência nas ruas de cidades como Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, no Brasil; Porto, Coimbra e Lisboa, em Portugal; e em territórios virtuais, ou lugares criados e mantidos em plataformas digitais – nesse caso, todos os territórios virtuais visitados estão hospedados na rede virtual Facebook e são ocupados/administrados por brasileiros ou portugueses. Apresentamos, assim, um convite a pensar as ações políticas contra hegemônicas com foco não nas suas causas racionais, mas a partir das possibilidades socioambientais (SPENILLO, 2020A), disponíveis para favorecer a constituição de resistências e ruralidades.

Destacamos, nesse artigo, questões da resistência política nas sociedades contemporâneas e suas expressões na vida urbana, que se metamorfoseia em formatos que respondem a uma hibridez construída na dualidade das lógicas dos espaços reais e daqueles virtuais, redesenhando os sentidos e significados da luta política, da vida urbana e do rural, que se recoloca nos cenários urbanos na forma do que chamamos de novas ruralidades.

A resistência política hoje

A resistência, em oposição à obediência, é um comportamento político que revela insatisfação social. Externaliza sentimentos como a injustiça e a indignação. Contesta no sistema estabelecido as incapacidades para abranger a pluralidade de aspirações e expectativas, produzidas por questões inerentes ao próprio sistema. Na literatura política, as resistências são compreendidas como movimentos característicos de momentos de crise sistêmica interna, em que há contestações e críticas, porém não há rupturas. Desde o século XX, as discussões filosóficas acerca da ação política vêm sendo estabelecidas sob o enfoque dos direitos humanos enquanto naturais ou fundamentais à liberdade, conforme historiciza Bobbio (2004). Nesse sentido, os direitos humanos têm se deslocado processualmente para as bases positivas dos direitos sociais, exigidos através de contestações formais que reivindicam mudanças reformistas.

Os direitos sociais surgem e se ampliam nas sociedades modernas a partir do momento em que o direito à resistência se constitucionaliza nos Estados democráticos. Esse é um momento histórico para as sociedades ocidentais, um marco para o século XX; nele, um conjunto de normas e valores regulamenta as relações sociais, os exercícios de poder, de deveres e de direitos, originários de lutas sociais que exigem mudanças. O maior e mais consistente avanço na questão dos direitos humanos foi uma solução com base no consenso quanto aos fundamentos para o ser humano ser respeitado em sua individualidade: a Declaração Universal dos Direitos Humanos/DUDH, que completou 70 anos em 2018.

A partir daí os direitos humanos passam de um problema filosófico para um problema jurídico-político, tendência que já apontava Hegel (1997), no século XIX, sobre a questão da objetivação do direito enquanto lei. No entanto, a DUDH expressa processos de lutas e nego-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

ciações políticas acerca da igualdade e da justiça social, problemas filosóficos e sociais que não se esgotam com marcos contratuais legais, conforme já avançado por Kant no século XVIII.

As lutas sociais por mudanças, particularmente as lutas de resistência atuais, se estabelecem num terreno sociopolítico constituído por marcos legais, garantias de direitos e emagrecimento das discussões e reflexões acerca dos princípios que regem tais práticas. São, portanto, uma resposta prática à hegemonia política em que se transita do século XX para o século XXI, marcada pelos grandes acordos globais que se fazem pós segunda guerra, com a culminância em blocos econômicos e políticos como a União Europeia e o Mercosul.

Dessa forma, a resistência política configura-se em movimentos contra hegemônicos (SANTOS, 2005) que se alastram pela pluralidade de nuances que assume a vida contemporânea. Mas o que é a resistência no ano de 2021, quando chegamos a 7,8 bilhões de habitantes humanos na Terra, dos quais 55% vivem nas cidades (conforme dados da ONU para 2019, que estima um crescimento para os 70% até 2050) e enfrentamos uma pandemia associada a crises econômicas, energéticas, políticas, sociais, humanitárias e ambientais?

Quais as condições para resistir nas sociedades contemporâneas? Será a resistência uma possibilidade? Será a resistência uma necessidade? Uma nova expectativa? Estas interrogações apontam para uma vida urbana feita de múltiplas e complexas dimensões, em que aparecem comportamentos diversos de resistência ao hegemônico. Temos, portanto, que as ações de resistência vêm se desenvolvendo para além dos modelos conhecidos da luta social urbana, feito com manifestações nas ruas, greves, boicotes, negociações com os atores estabelecidos do mercado e do Estado. Outras ações de resistência começam a ocupar os cenários urbanos e refletem a vida fractal que se vive nas cidades contemporâneas; expressam compreensões de mundo e da própria ação política.

A vida urbana vem se reconfigurando rapidamente nos últimos anos, com respostas ao inchaço das cidades e ao esgotamento do modelo de acumulação de pessoas, objetos, construções, expectativas e desejos de consumo que perfazem as metrópoles e, já, as cidades de médio porte. Há nestas cidades, chamadas de rebeldes por David Harvey (2014), movimentos sociais, instituídos e organizados, que lutam por sua transformação e que levantam diversas bandeiras, como o passe livre, o direito à habitação, as liberdades urbanas, o comércio justo e solidário, dentre outras.

Há também um expressivo número de movimentos espontâneos e outros fluidamente organizados em espaços virtuais como as redes digitais. Esses movimentos sem lideranças, sem objetivos, sem estatutos e sem nomes vêm saindo da invisibilidade pela quantidade de pessoas que se movimentam no sentido de resistir à hegemonia urbana estabelecida pela lógica capitalista consumista, perdulária. Nestas resistências aparece uma maioria real e plural, que não só existe para além dos códigos e normas hegemônicos, como mostra-se insatisfeita e age cotidia-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

namente pela mudança para um outro paradigma não dominado pela acumulação via produção e consumo de mercadorias.

Vida urbana e resistência

A vida urbana contemporânea, portanto, convoca-nos à reinterpretação dos significados convencionais da resistência política enquanto luta social, bem como a uma mais alargada compreensão sobre seus renovados métodos de atuação nas cidades, naquilo que vem sendo chamado de resistência urbana. Entre esses métodos, destacam-se as formas de comunicação (artísticas ou não artísticas) com que se fazem ver nos cenários urbanos atuais. Estas formas, diversificadas, de comunicar a resistência diante da cidade, na cidade e através da cidade dizem talvez mais do que declaram nas frases e bandeiras de luta. Elas apresentam significados que colocam e recolocam os sujeitos sociais como pessoas incluídas/excluídas nos sistemas urbanos e neles vivem suas vidas práticas e objetivas, mas também suas emoções e expectativas.

Nesse sentido, será que os sistemas urbanos ainda podem ser compreendidos enquanto sistemas fechados em si, como denunciou Lefebvre (2011)? Para o autor, as cidades desenvolvem seus sistemas e subsistemas de significações, a partir das ideologias que se agrupam em sistemas políticos; das práticas dos seus habitantes, que se manifestam como um sistema ecológico; e de projetos e intervenções arquitetônicas, que aparecem como sistemas urbanísticos. Na perspectiva apresentada por Lefebvre (2011), estas dinâmicas constroem na cidade uma aderência pouco refletida aos modelos do sistema-mundo, o que leva ao fechamento da cidade e dos seus habitantes em relação a outras possibilidades. No entanto, o autor também afirma:

> A sociedade em que vivemos parece voltada na direção da plenitude, ou pelo menos na direção do pleno (objetos e bens duráveis, quantidade, satisfação, racionalidade). Na verdade, permite que se cave em si mesma um vazio colossal; nesse vazio agitam-se as ideologias, espalha-se a bruma das retóricas. Uma das maiores aspirações que o pensamento ativo pode propor a si mesmo, pensamento este que tenha saído da especulação e da contemplação e também das decupagens fragmentárias e dos conhecimentos parcelares, é o de povoar essa lacuna, e povoar não apenas com a linguagem. (LEFEBVRE, 2011, p. 114-115).

O problema identificado por Lefebvre não está, portanto, nas diversidades de sentidos, nas apropriações ou nos usos da cidade e da vida urbana. O problema parece estar na dominação da ideologia do econômico com viés mercadológico, permitida e consentida pelos indivíduos que vivem na cidade. Lefebvre antevia dois caminhos complementares e utópicos, ou seja, experimentações e possibilidades de construção da cidade e da vida urbana como um bem comum vivido como um direito de todos. Um dos caminhos seria a organização política das forças sociais para transformar opressões, ausências, lacunas e segregações em direitos concretos.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

O outro caminho, que antecede e une-se a este, estará na prospecção dos novos sentidos, novas necessidades e novos bens que nascem na cidade e significam a vida urbana. Para Lefebvre, a cidade seria uma obra de arte ou um texto que se quer revelar. Estaria à espera de investigações voltadas para reconhecer o possível, o real, o experimental, o revolucionário, as ausências, as lacunas e os abismos que configuram a vida urbana. Uma possibilidade de prospecção aparece nas formas da resistência urbana, que vêm se redesenhando nas últimas décadas, conforme trazemos a seguir.

As metamorfoses da resistência urbana

Desde os Black Bloc, em suas versões alemã e norte-americana dos anos 1980 (DUPUIS-DÉRY, 2010), até os coletes amarelos, surgidos em Paris em 2018, a resistência urbana vem sendo formada por estratégias de ação em redes fluídas e de laços pouco estreitos (SPENILLO, 2015). Tais redes apresentam metodologias de *assalto* aos espaços públicos, que buscam novas ocupações dos espaços físicos, dos espaços políticos, das mentes e das representações sociais nas cidades.

Estas ocupações buscam comunicar algo, mesmo quando usam a estratégia do silêncio, como os Círculos do Silêncio, que vêm ocorrendo em cidades em todo o mundo para denunciar os maltratos a animais. Essas estratégias de resistência urbana parecem pretender comunicar na e com a cidade para além dos discursos racionais de confrontação entre poderes. Buscam criar novos sentidos contemporâneos, a partir do despertar de emoções, para situações vividas no cotidiano e no imaginário urbano. Nesse sentido, utilizam intervenções artísticas ou performativas para demonstrar a insatisfação e a revolta na cidade, como pode-se observar nas imagens a seguir.

Figura 1 – Manifestações do 8M



Fonte: Giuseppa Spenillo, 2018

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Figuras 2 e 3 – Manifestações com a tática do Círculo do Silêncio



Fonte Figura 2: https://scontent.frec36-1.fna.fbcdn.net/v/t1.6435-9/88353741_489220788413553_2119326233249447936_n.jpg?. Acesso em novembro 2021.

Fonte Figura 3: https://tse4.mm.bing.net/th?id=OIP.4hrvAYTe13XTotPxySCxKwHaE8&pid=Api&P=0&w=241&h=161. Acesso em novembro 2021.

Também questões objetivas e muitas vezes restritas a determinadas classes ou grupos sociais, como o direito à habitação, projetam-se sobre a cidade como movimentos de resistência à lógica da urbanização, que se faz "como excedente da produção capitalista" (Harvey, 2014, p. 30) e num jogo mercadológico em que a acumulação de bens por alguns se faz pela desapropriação dos bens de outros, conforme este autor denuncia e como pode-se perceber em cartazes e faixas em cidades pelo mundo:



Fonte: Giuseppa Spenillo, 2018.

Figuras 4 (acima) e 5 (abaixo) - Manifestações contra despejos de moradores em áreas da cidade do Porto/Portugal



Fonte: https://www.facebook.com/Encontro-Anarquista-do-Livro-Porto-912047792289337/. Acesso em outubro 2018.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Esses movimentos de resistência que ocupam um lugar no cenário urbano, representam uma exigência de quem o ocupa, criam identidades e novos contextos políticos e sociais, levaram Henri Lefebvre (2011) e David Harvey (2014) a perceberem e proclamarem, com algumas décadas de intervalo entre si, o direito à cidade como uma possibilidade de resistência. Na proposta de Lefebvre, a cidade e a vida urbana são direitos concretos que guardam os sentidos pouco revelados dos usos da cidade e, se efetivamente exercidos, podem incidir de modo transformador sobre as existências dos portadores de tais direitos. E quem seriam estes portadores? Todos os cidadãos e as cidadãs, de todas as classes e grupos sociais, integrados na vida da cidade. Para o autor de *O direito à cidade*, obra publicada na França em 1968, a coexistência de diferentes vontades, percepções e usos da cidade é o direito a ser construído pela resistência política, diante das imposições técnico-racionais que perspectivam a cidade como uma função do sistema-mundo capitalista.

Quarenta anos depois, em 2012, nos Estados Unidos, David Harvey publicou *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, obra em que concorda com Lefebvre e reafirma que o direito à cidade é o direito à vida urbana, no seu sentido mais amplo: o da transformação. Harvey (2014, p. 28), no entanto, entende este direito não como algo a ser descoberto, mas a ser continuamente criado e recriado e, assim, imprime no direito à cidade a dinâmica de um continuum, redimensionando-o para o agora, o presente, e não mais como um devir: “um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo como nossos mais profundos desejos”.

Os desejos das contínuas gerações de homo sapiens mudam pelas próprias dinâmicas da vida coletiva, pelo acúmulo de conhecimentos, de tecnologias e das resultantes novas expectativas de interação com o coletivo, com os ambientes sociais e naturais. Estes desejos processualmente e continuadamente renovados impulsionam as exigências sociais e políticas e tensionam as estruturas sociais para que se adaptem a novos desejos individuais e coletivos.

A resistência urbana, então, se metamorfoseia, transforma-se para expressar os desejos mais latentes e *mais profundos*, conforme ressaltou Harvey. As formas da resistência urbana podem ser entendidas como tentativas de diálogo numa sociedade globalizada, num mundo populoso e com uma pluralidade complexa de existências e vivências. Uma parte expressiva dessa resistência se faz em ocupações das ruas das cidades por manifestações numerosas ou performáticas. Outra parte já também expressiva vem se realizando na mudança de hábitos urbanos, num resgate das chamadas ruralidades – ou o que pode ser entendido como uma resiliência do rural nas cidades.

A resiliência do rural na resistência urbana

Não por acaso autores como Henri Lefebvre e David Harvey denunciam as cidades contemporâneas como lugares de desigualdade, de imposição da lógica da acumulação capitalista,

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

de desencontro da comunidade e de destruição da solidariedade, do apoio e da afetividade. A industrialização é um marco na formação dessas cidades, que se fazem, ao longo do tempo, em negação ao ambiente rural e a tudo o que engloba as culturas camponesas, como a proximidade com a natureza, a regulação natural do tempo e do espaço, os ciclos de plantio e colheita, o afeto comunitário, as tradições.

A noção de que o rural é sinônimo de atraso, foi veiculada largamente no Brasil, e popularizada desde Monteiro Lobato (2019) em sua série de contos publicada há mais de cem anos. Esta mesma compreensão levou a cidade a um patamar *moderno*, em que a intensidade e a velocidade da inovação dão o tom de interesse e importância da cidade, enquanto valores urbanos. Como já afirmamos (SPENILLO, 2020B, p. 110), enquanto o modo de vida nos ambientes urbanos "confere às cidades o sentido do moderno, do belo, do integrado, do desenvolvido. (...) o rural recebeu o sentido oposto, expresso nas conotações de atrasado, ultrapassado, pobre, triste, desintegrado do projeto de modernidade.".

Embora amplamente discutidas nos meandros acadêmicos (BORDENAVE, 1983; GRAZIANO NETO, 1985; QUEIROZ, 1976; MARTINS, 1986) e também por gestores públicos no Brasil e no exterior, as questões do rural e do urbano adquirem recentemente novos sentidos na própria cidade, quando o modo de vida urbano demonstra seus limites, seja nas dinâmicas de inclusão/exclusão, na poluição do ar e da água, na imobilidade causada por trânsitos intensos e caóticos, no cansaço cotidiano, na violência, no medo e na insegurança, no anonimato, na ausência dos afetos sólidos, substituídos por referências líquidas e descartáveis (BAUMAN, 2005).

A pandemia de coronavírus em 2020/2021 talvez tenha maximizado a percepção sobre esses limites, mas anos antes já se notava o surgimento e a consolidação de movimentos espontâneos, não institucionalizados, de pessoas em busca de outra qualidade de vida e de outra contribuição pessoal a suas comunidades, diferente daquela marcada pela lógica produtivista do capitalismo. As figuras 6 a 10 (a seguir) são exemplos, retirados do território virtual da internet, dentre tantos outros que aparecem por lá, de campanhas ou afirmações sobre valores que se descolam do modo de vida urbano e apontam para outros modos possíveis, talvez também urbanos, mas já ressignificados por ações de reintrodução de elementos associados ao rural: a alimentação saudável, o respeito com a natureza, a vida harmoniosa.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Figuras 6 a 10 – Campanhas que visam resgatar relações perdidas com a natureza nas sociedades urbanas industriais, fundam novas ruralidades



Fonte Figura 6: https://tse1.mm.bing.net/th?id=OIP.a9sUFgkmgC0rMnx41mfdDgHaFj&pid=Api&P=0&w=231&h=174. Acesso em novembro 2021.



Fonte Figura 7: https://tse2.mm.bing.net/th?id=OIP.P-mFLS2e25Siaq=-z8qaUqwHaQT&pid=Api&P0=&w-300&h=300. Acesso em novembro 2021.



Fonte Figura 8: https://www.facebook.com/groups/412192852189658/?hoisted_section_header_type=recently_seen&multi_permalinks=4650425521699682. Acesso em novembro 2021.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil



Fonte Figura 9: Associação Vegetariana Portuguesa. https://business.facebook.com/associacaovegetarianaportuguesa/?__xts__[0]=68.ardwqrwkhyjio...&fref=mentions. Acesso em outubro 2018.



Fonte Figura 10: https://tse4.mm.bing.net/th?id=OIP.CXD0RoNMJp_JFl6O818lLgHaFm&pid=Api&P=0&w=223&h=169. Acesso em novembro 2021.

As ações de reintrodução e revalorização do rural nos cenários urbanos a partir de reeducações alimentares e do reconhecimento dos direitos dos animais podem apontar para aquilo que Harvey chamou de espaços porosos entre o urbano e o rural, espaços de desenvolvimento desigual dentro mesmo da lógica capitalista, dado como consequência da urbanização industrial que o mundo vive há pelo menos duzentos anos. Este processo de urbanização industrial, ou globalização econômica, como percebemos hoje, levou as formas de vida da cidade para o campo (ou, ao menos, seus ícones, suas representações, imaginários, vislumbres de consumo e inclusão no modo moderno de vida) e construiu outras desigualdades, como aquela estabelecida pela distribuição da produção agrícola, provocada e requerida pela cidade. Conforme Harvey (2014), esta compreensão já estava no pensamento de Lefebvre, na década de 1960:

> Lefebvre também percebia que a relação entre o urbano e o – rural - ou, como preferem os ingleses, entre o campo e a cidade – vinha passando por transformações radicais, que o campesinato tradicional estava desaparecendo e que o meio rural estava sendo urbanizado, ainda que esse processo gerasse uma nova abordagem consumista na relação com a natureza (...) e uma abor-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

> dagem capitalista, produtivista, do suprimento de mercadorias agrícolas aos mercados urbanos, ao contrário do que ocorria com a agricultura camponesa autossustentável. (HARVEY, 2014, p. 18-19).

Esta é uma faceta da relação campo-cidade que mostra como as distinções por oposição deixam de ser importantes para a compreensão do fenômeno urbano, mas também para a compreensão das novas ruralidades. Desde a década de 1960, a constituição das cidades vem se acelerando e alastrando pelo globo, de modo que as práticas e os formatos do estar na cidade se modificam, em resposta mesmo às condições da vida urbana. Morar próximo ao local de trabalho e usufruir de ar não poluído e alimento fresco, por exemplo, passam a ser desejos que se busca conciliar.

Ainda em Harvey isto aparece como um elemento dos processos de globalização econômica, em que a cidade industrial muitas vezes precisou adaptar-se ao entorno rural e a suas idiossincrasias. O autor, ao analisar a história do que chamou de "*continuum* rural-urbano" na formação da cidade de El Alto, na Bolívia, afirma: "A cidade fazia a mediação entre a urbanidade de La Paz e a ruralidade da região, tanto geográfica como etnoculturalmente." (HARVEY, 2014, p. 258) e isto permitiu a constituição de uma vida urbana peculiar em El Alto. Esta história nos remete à necessidade de compreensões mais aprofundadas sobre a relação entre a cidade e o campo, ou entre a formação das urbanidades e a formação das ruralidades, para além de suas demarcações geográficas. Nesse sentido, tratamos a seguir de ruralidades e resistências que se formam nas cidades contemporâneas, ou, como postulado por Lefebvre e Harvey, na vida urbana.

Ruralidades e resistências na vida urbana

A vida urbana, portanto, é o problema com o qual nos defrontamos e lidamos diariamente, acrescido das notícias, e dos sentimentos trazidos por elas, sobre desastres ambientais, aquecimento global, esgotamento de recursos naturais. No encurtamento do espaço/tempo provocado pelos processos hegemônicos de globalização econômica, encontramos as urbanidades e as ruralidades envolvidas e comprometidas como um conjunto (de pessoas, coisas, representações, aspirações) que procura se recriar e significar a vida urbanizada que, hoje, já é comum à maior parte da população do planeta.

Conforme Harvey (2014, p. 19), "Embora haja muitos espaços residuais na economia global onde o processo ainda está longe de ter chegado ao fim, a humanidade vem sendo cada vez mais absorvida pelas fermentações e contracorrentes da vida urbanizada.". Estas contracorrentes, ou as ações contra hegemônicas de resistência, reivindicam uma outra cidade, diferente daquela projetada pela economia capitalista e já desaparecida nas dinâmicas dessa mesma economia.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

São indivíduos e coletivos que, a partir de seus locais concretos de existência, com particularidades e especificidades, praticam suas crenças e valores, habitus e saberes, expectativas e visões de mundo, necessidades e sentimentos, imaginação e pensamentos e resistem ao sistema-mundo, à cidade tradicional dominada pela lógica de um capitalismo acumulativo, aos modelos de consumo de mercadorias industrializadas, à velocidade das relações líquidas e descartáveis, ao estigma do atraso associado à produção de alimentos ou ao manejo do meio ambiente e, também, do bucólico ou idílico como adjetivos da vida campesina.

Uma miríade de sujeitos, muitas vezes silenciosos e invisíveis nos cenários globais, ocupam e configuram os espaços urbanos com suas resistências em forma de urbanidades e ruralidades, construindo novos lugares e pertencimentos para a vida urbana. Importa conhecê-los não apenas pelo *onde*, mas também e principalmente pelo *que* e pelo *como* vivem nesses lugares, vividos enquanto um elo subjetivo numa rede sociocultural que ultrapassa os limites e as condições físicas que conformam geopoliticamente o território. Encontramos sinais vitais desses sujeitos, alguns individuais outros coletivos, nas plataformas digitais, nos muros das cidades, nas conversas informais, nas pequenas alterações de hábitos.

A título de ilustração, elencamos a seguir alguns grupos em que, a partir do Brasil ou de Portugal, diversas pessoas se encontram no território virtual do Facebook para partilhar, colaborar e fortalecer práticas, identidades, valores, enfim, novas ruralidades nos espaços urbanizados contemporâneos. São eles: A. No Brasil - Meu jardim, meu alimento (250 mil membros); Viver a custo zero em harmonia com a natureza (14 mil membros); Doação dicas trocas de cactos, suculentas e sementes (257 mil membros); Ideias para meu sítio (184 mil membros); Rede social do Bambu (83 mil membros); Bioconstrução – Permacultura (94 mil membros); Casas de tijolo ecológico (48 mil membros); B. Em Portugal - Grupo de A cientista agrícola (17 mil membros); Floresta Portuguesa Sustentável (4,7 mil membros); Emprego na Floresta (3,9 mil membros).

Aproximados por interesses, como postula o Facebook ao chamar estes grupos de *comunidades de interesse*, os sujeitos que aderem a estes espaços de atuação política cuja convergência está na identificação com uma vida resistente aos padrões e lógicas do capitalismo industrial, afirmam, também, a necessária abrangência da diversidade de sujeitos sociais nos movimentos contra hegemônicos. Isto significa fazer uma contra hegemonia que vai além das leituras paradigmáticas hegemônicas que classificam os sujeitos sociais a partir do status advindo do trabalho, das categorias de gênero ou das identidades étnicas.

Sem participar diretamente nos processos de construção dos acordos globais definidos em macro instâncias como as Cúpulas, os Parlamentos, Conselhos, Comissões e Tribunais internacionais, os sujeitos que se encontram (fisicamente ou virtualmente) em função de um desejo de reflorestar, produzir seu alimento, agir de modo ecológico, reduzir seu impacto sobre a natureza e o ambiente estão, numa micro escala, construindo os verdadeiros acordos comu-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

nitários de resistência ao resultado de uma economia capitalista extrativista. Com suas ações políticas espontâneas e contra hegemônicas, refazem os sentidos da cidade a partir de novas ruralidades – novas significações, novos vínculos com o meio ambiente, com a natureza, com a humanidade e a comunidade – como se pode perceber nos exemplos a seguir:

Figuras 11 e 12 - Hortas comunitárias



Fonte Figura 11: https://blogdamimis.com.br/2014/05/09/hortas-comunitarias/. Acesso em novembro 2021.

Fonte Figura 12: https://bandnewscwb.b-cdn.net/band/wp-content/uploads/2019/05/HORTA-COMUNITARIA--COPEL.jpg. Acesso em novembro 2021.

Figuras 13 e 14 – Estímulo ao consumo de produção local



Fonte Figura 13: http://www.grupoforiba.com/assets/base/img/content/blog/blog-49-09foribaseptiembrepng. Acesso em novembro 2021.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil



Fonte Figura 14: https://1.bp.blogspot.com/-mdI7W3VFAKs/VE4qbsU4m6I/AAAAAAAAGN8/UbBvgFlFqTU/s1600/producto%2Blocal.jpeg. Acesso em novembro 2021.

Figuras 15 a 17 – Práticas de Permacultura



Fonte Figura 15: https://tse3.mm.bing.net/th?id=OIP.Mne43NE=-XrYiPLvyVGOUpAHaFm&pid=Api&P0=&w-224&h=171. Acesso em novembro 2021.

Fonte Figura 16: https://tse4.mm.bing.net/th?id=OIP.e2jAcZrYzjld1z895wORuwHaEz&pid=Api&P=0&w=241&h=157. Acesso em novembro 2021.



Fonte Figura 17: https://tse2.mm.bing.net/th?id=OIP.=-xuJqWqIFcCG5GgcG8k3fQHa3D&pid=Api&P0=&w-309&h=162. Acesso em novembro 2021

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Figuras 18 a 20 – Exemplos de valores que ressignificam a vida urbana: novas ruralidades



Fonte Figura 18: https://tse3.mm.bing.net/th?id=OIP.zVn3fH1_yzlgfwdoSC8ltgAAAA&pid=Api&P=0&w=187&h=172. Acesso em novembro 2021.

Fonte Figura 19: https://tse1.mm.bing.net/th?id=OIP.CDlE_GRiRgS6zlGYr22BNgHaEJ&pid=Api&P=0&w=306&h=172. Acesso em novembro 2021.

Fonte Figura 20: https://tse4.mm.bing.net/th?id=OIP.vQfAzAvvuUwwHsRfT4zJ9QHaFd&pid=Api&P=0&w=255&h=189. Acesso em novembro 2021.

Considerações Finais

Neste artigo, foca-se a atenção sobre aqueles indivíduos e coletivos de indivíduos que se encontram fora das instâncias globais de decisão política. Tais instâncias originam-se no projeto de globalidade que se instala no mundo contemporâneo a partir do contrato ONU pós-segunda guerra e é alargado com a formação dos blocos econômicos e políticos como a União Europeia, a Otan e o Mercosul. Os acordos em nível macro que promovem entre si os entes globais não dão conta das vidas cotidianas vividas no lugar, naquele espaço em que se formam os sentidos e significados da existência, da coletividade; as emoções e sentimentos; os usos e *reusos* dos bens materiais e imateriais.

Para isto, é necessário o convívio, a troca, o encontro – sejam físicos ou virtuais. Estes encontros têm sido promovidos pelas resistências urbanas que agem contra a hegemonia dos entes globais protagonistas do sistema-mundo capitalista. As ações de resistência urbana vêm adquirindo recentes facetas que revelam o desenvolvimento de novas identidades, valores e colaborações, em espaços urbanos, nos quais um rural resiliente retorna como significante da vida urbanizada – o que entendemos como novas ruralidades.

As novas ruralidades, percebidas no movimento espontâneo dos sujeitos sociais nesses espaços de coletividade, físicos ou virtuais, reconfiguram as resistências urbanas. São ações po-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

líticas sem lideranças e sem estatutos, com objetivos racionais, como a construção de melhores condições de vida e saúde, e com objetivos afetivos, como a construção de laços comunitários fortes e saudáveis. Estas novas ruralidades vêm redesenhando a vida urbanizada da qual compartilham mais da metade da população humana na Terra atualmente, abrindo caminhos para a construção de um renovado direito à cidade, inclusivo, sustentável, criativo, crítico e proativo.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. São Paulo: LTC Editora, 2004.

BORDENAVE, J.E. Diaz. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Brasiliense, 1983, Volume 101 da Coleção Primeiros passos.

DUPUIS-DÉRY, Frances - "The Black Bloc Ten Years after Seattle". **Journal for the Study of Radicalism.** Vol. 4, N. 2 (2010), p. 45–82.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. 2. edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEGEL, G.W.F. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2011, 3ª reimpressão.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

MARTINS, José de Souza (org). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MONTEIRO LOBATO, J. **Cidades mortas e outros contos**. São Paulo: Principis, 2019.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050. **ONU News**, fevereiro 2019. https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Fórum Social Mundial**: manual de uso. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SPENILLO, Giuseppa. Cidade e responsabilidade ambiental. **Diálogos**. Revista del Departamento de Filosofía. Universidad de Puerto Rico. Ano LI, N. 106, Out 2020, 50-74, 2020A.

SPENILLO, Giuseppa. Da Sociologia Rural às Ciências Sociais: um percurso para o tempo presente e o conhecimento plural. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**. Ano X, volume II, número 17 – Jul – Dez 2020, p. 105 a 132, 2020B.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

SPENILLO, Giuseppa. Mobilizações em redes nos espaços virtuais: reflexos da era digital nas lutas sociais de resistência. **Estudos do Século XX** (Comunicação, jornalismo e espaço público na era digital), Revista do CEIS20/Universidade de Coimbra. N. 15, 2015. p. 95-113.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 14 a 32 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil